

**AS ASSERTIVAS EM NEGRITO REPRESENTAM AS RESPOSTAS CORRETAS DE CADA UMA DAS QUESTÕES.**

**TESTE APLICADO PARA OS CANDIDATOS DA FUNÇÕES DE CONCILIADORES E JUÍZES LEIGOS DA VARA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO**

1. Acerca do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta:

- a) A citação poderá ser realizada através de mandado ou por edital, quando o réu estiver em local incerto ou não sabido.
- b) O Juiz Togado sempre estará presente nas audiências que se realizarem no Juizado Especial Cível.
- c) Caberá o recurso inominado contra as sentenças proferidas no âmbito do Juizado Especial Cível, inclusive a homologatória de laudo arbitral.
- d) **Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.**
- e) Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando-se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso.

2. Com base nas disposições legais relativas ao Juizado Especial Cível assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos Juizados Especiais Cíveis, enquanto o feito tramitar em primeiro grau, não se admite o recurso de agravo.
- b) **A parte ré, quando não puder comparecer ao ato, poderá ser representada em audiência por procurador com poderes para transigir.**
- c) Visando compelir o demandado ao cumprimento de alguma obrigação, o juiz, ao conceder a tutela antecipada, poderá fixar multa cominatória que será devida desde a data do descumprimento da ordem.
- d) São cabíveis a tutela acautelatória e a tutela antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.
- e) É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.

3. Assinale a alternativa correta:

- a) **O conciliador ou juiz leigo não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, exceto perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário.**
- b) Nas audiências em que os depoimentos das partes e das testemunhas são gravados por sistema audiovisual, não se admite a fundamentação da sentença de forma oral mediante a gravação de seu teor.
- c) Constatando-se que as empresas demandadas estão sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial, o juiz imediatamente extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- d) O juiz leigo não poderá elaborar proposta de julgamento nos embargos à execução.
- e) A menor complexidade da causa, para a fixação da competência dos Juizados Especiais Cíveis, será aferida em face do direito material em questão na ação.

4. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Admite-se o pagamento do débito por meio de desconto em folha de pagamento, após anuência expressa do devedor e em percentual que reconheça não afetar sua subsistência e a de sua família, atendendo sua comodidade e conveniência pessoal.
- b) Somente se admite conexão em Juizado Especial Cível quando as ações puderem submeter-se à sistemática da Lei 9099/1995.

Renato Cruz de Oliveira Junior  
Juiz de Direito

- c) As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil.
- d) No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.
- e) **O oferecimento de resposta, oral ou escrita, dispensa o comparecimento pessoal da parte, não ensejando, pois, os efeitos da revelia.**

5. Assinale a alternativa correta:

- a) A incompetência territorial somente poderá ser reconhecida no sistema de juizados especiais cíveis se alegada pelas partes, vedando-se o reconhecimento de ofício.
- b) É possível e lícita a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado na mesma pessoa.
- c) **A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento.**
- d) No sistema dos juizados especiais cíveis o juiz não poderá valer-se do disposto no artigo 285-A do CPC (Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.)
- e) Em razão do princípio da simplicidade, poderá ser dispensada a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial.

6. Assinale a alternativa incorreta:

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem ser demandadas nos Juizados Especiais .
- b) **O valor de alçada de 60 salários mínimos previsto no artigo 2º da Lei 12.153/09 (Lei que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios), aplica-se, por analogia, aos Juizados Especiais Cíveis.**
- c) A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente.
- d) Na execução por título judicial o prazo para oferecimento de embargos ou impugnação ao cumprimento de sentença será de quinze dias e fluirá da intimação da penhora.
- e) Inexistindo interesse de incapazes, o Espólio pode ser parte nos Juizados Especiais Cíveis.

7. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Extingue-se o processo, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. Nesta hipótese o autor será condenado ao pagamento das custas, salvo se comprovar que a ausência decorre de força maior, quando poderá ser isentado pelo juiz.
- b) **Em sendo reconhecida a incompetência territorial, no âmbito dos Juizados Especiais, caberá ao Juiz promover a remessa dos autos ao juízo competente.**
- c) Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Renato Cruz de Oliveira: Junior 2  
Juiz de Direito

- d) A interposição do recurso de embargos de declaração contra sentença, segundo a Lei 9.099/95, implica na suspensão do prazo recursal.
- e) A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas pela Lei 9.099/95, como a disposição de que não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

8. Assinale a alternativa incorreta:

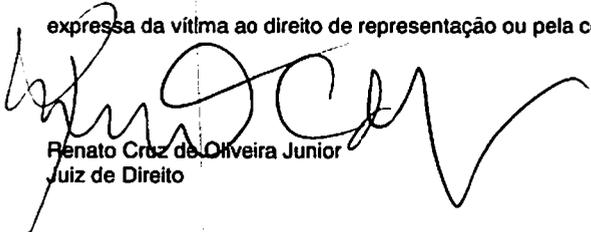
- a) Na execução de título judicial, o prazo para oposição de embargos flui da data da intimação do executado da conversão em penhora do depósito espontâneo.
- b) O Juizado Especial Cível não é competente para processar e julgar feitos decorrentes das relações de trabalho que envolvam serviços prestados por pessoa física em pequena empreitada.
- c) Para o revel, a fluência de prazo independe de intimação, por aplicação do disposto no art. 322 do CPC, salvo quando tiver advogado constituído nos autos.
- d) Não cabe recurso adesivo no âmbito dos Juizados Especiais.
- e) Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30%.

9. No que se refere ao Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O início do prazo para o exercício da representação do ofendido começa a contar do dia do conhecimento da autoria do fato, observado o disposto no Código de Processo Penal ou legislação específica. Qualquer manifestação da vítima que denote intenção de representar vale como tal para os fins do art. 88 da Lei 9.099/95.
- b) Atendidas as peculiaridades locais, o termo circunstanciado poderá ser lavrado pela Polícia Civil ou Militar.
- c) A remessa dos autos ao juízo comum, na hipótese do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 (não localização do acusado para citação), exaure a competência do Juizado Especial Criminal, que não se restabelecerá com localização do acusado.
- d) Não se admite a substituição de uma modalidade de pena restritiva de direitos por outra, aplicada em sede de transação penal, pelo juízo do conhecimento.
- e) O conciliador ou o juiz leigo podem presidir audiências preliminares nos Juizados Especiais Criminais, propondo conciliação e encaminhamento da proposta de transação.

10. Ainda no que se refere ao Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode deixar de homologar transação penal em razão de atipicidade, ocorrência de prescrição ou falta de justa causa para a ação penal, equivalendo tal decisão à rejeição da denúncia ou queixa.
- b) Em caso de não oferecimento de proposta de transação penal ou de suspensão condicional do processo pelo Ministério Público, o juiz determinará o arquivamento dos autos.
- c) Não se admite a adequação da proposta de transação penal ou das condições da suspensão do processo no juízo deprecado ou no juízo da execução.
- d) Em razão do princípio da simplicidade, a procuração que instruir a ação penal privada, no Juizado Especial Criminal, não precisará atender aos requisitos do art. 44 do CPP.
- e) Após o recebimento da denúncia, não será possível declarar a extinção da punibilidade do autor do fato pela renúncia expressa da vítima ao direito de representação ou pela conciliação.

  
Renato Cruz de Oliveira Junior  
Juiz de Direito